

PLANEAMENTO URBANO E URBANIDADE PROJECTADA. DO BAIRRO DE OLIVAIS SUL E DE ALGUNS CONTRIBUTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DO *FAZER CIDADE*

João Pedro S. Nunes*

Resumo:

As relações entre as ciências sociais e o planeamento urbano têm vindo a ser objecto de reflexão e de investigação sociológica nas duas últimas décadas, em especial na sociologia urbana. Este artigo, fundado em investigação empírica realizada no contexto de uma dissertação de mestrado em sociologia, estabelece bases para um questionamento sociológico do planeamento urbano. Observando aprofundadamente o modo de edificar uma extensão urbana destinada à habitação económica – o bairro de Olivais Sul, em Lisboa – e construindo um percurso analítico pelos *lugares da razão urbanística*, torna-se possível a compreensão da racionalidade urbanística da edificação, das suas formas construídas e dos projectos de urbanidade imanentes às práticas de concepção dos espaços habitacionais citadinos.

Palavras-Chave: Sociologia Urbana, Planeamento Urbano, Urbanidade

Na modernidade, os edifícios revelam a história dos papéis e das relações sociais que se vão construindo no ambiente urbano. Neles se jogam, no espaço e no tempo, posições sociais, gostos, finalidades, práticas e valores; mas também diferentes graus de liberdade e de controlo entre as pessoas em relação.¹

No caso da urbanização programada - ou seja, no crescimento da cidade organizado por critérios técnicos, teóricos, instrumentais, substantivos e valorativos de transformação urbanística - está em causa a capacidade de modelar a acção, de transmitir e criar sentidos e de capacitar a intervenção dos actores implicados na acção na cidade.

Esta funcionalidade - ou a produção geral de efeitos - do urbanismo e da arquitectura, associada às políticas urbanas e sociais, especificamente no domínio da habitação, realiza-se através de um duplo olhar: de uma atenção orientada quer para

* Assistente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Ceos – Investigações Sociológicas.

as condições quotidianas de vida existentes na cidade - função de reprodução; quer para a progressiva formação da capacidade de agir no espaço urbano, eventualmente reconfigurado - função de produção.

É entre estes dois pólos que se perfilam os discursos, os saberes e as tecnologias de actuação. Deste modo, as combinatórias de poder, tecnologia e conhecimento realizadas pelo Estado e pela administração tornam-se fundamentais à compreensão das acções construtivas da habitação e das políticas que as promovem.

O edificado habitacional materializa, assim, um conjunto de orientações programáticas que se apresentam e se impõem sobre as diferentes formas de conceber e de agir no mundo social. Assim, também, as rejeições, as transformações, as resistências e as nostalgias são figuras possíveis da sua apropriação.

A interrogação de base que se coloca é relativa ao sentido urbanístico da acção de edificação de Olivais Sul, ou seja, quais as orientações inscritas na concepção, as suas selecções operantes e os significados que recobrem?

Enquanto bairro, Olivais Sul apresentam um sentido urbano que se constituiu como resultado de um processo de racionalização da habitação e das suas relações com a cidade. As formas e os conteúdos da composição urbanística dos edifícios de habitação e dos equipamentos revelam-se primordiais para a detecção dos sentidos urbano e cívico da Cidade Nova projectada.

O percurso de análise da composição urbanística principia nos escalões mais elevados - em número de habitantes e em superfície - e nas imagens mais fluídas de cidade, terminando nos escalões mais reduzidos e nas imagens mais definidas. Deste modo, produzir-se-ão momentos de compreensão dos princípios, finalidades, valores e intenções em escalas de planeamento diferentes: da malha de Olivais e do seu centro aos grupos residenciais e à proximidade das habitações.

O processo de análise dos lugares da razão urbanística - quer na sua vertente discursiva, quer na sua tradução material - permite, progressivamente, analisar a racionalidade urbanística da equipe de planeamento ao serviço do GTH e, simultaneamente, tornar explícita a presença de um modelo de urbanidade projectada no processo de planificação.

1. Antecedentes e Princípios da Acção Urbanística em Olivais Sul: do Decreto Lei fundador ao Laboratório de Habitação de Renda Económica

Ao promulgar o Decreto Lei n.º 42 454 de 18 de Agosto de 1959 o legislador definiu um modelo de crescimento ordenado da cidade de Lisboa que se realizaria ao longo da década de 1960 na edificação das unidades urbanas de Olivais Norte, de Olivais Sul e nas tentativas de realização do Plano Geral de Urbanização de Chelas.

Tanto a peça legislativa que formalizava a base do programa de edificação como a orientação do Município de Lisboa, que indicou as malhas para a operação, eram imprecisas na identificação de uma imagem urbana para as referidas unidades - à

excepção do princípio da não segregação das categorias de habitação e da presença do complexo de equipamentos *igreja, escola e mercado*, sugeridos no diploma legal.

A ordenação da expansão edificada da cidade formava o *rationale* do decreto e este definia os meios e os modelos da extensão urbana - o financiamento, a obtenção de solo, os regimes de participação das instituições públicas e para-públicas, que se viriam a tornar as proprietárias dos imóveis. Ao mesmo tempo, o Governo procurava contrariar e erradicar os efeitos do que entendia ser o crescimento anómico da cidade de Lisboa, atribuindo ao programa de edificação uma orientação correctora através da qual pretendia minorar a presença de bairros de lata e de práticas de alugar de partes de casa.

Na prática, o Decreto Lei instaurava uma modalidade de programação urbanística e habitacional na cidade de Lisboa que viria a apresentar três características operantes, salientes e consequentes para o bairro de Olivais Sul.

Em primeiro lugar, o legislador definia o escalonamento das rendas. Esta normalização de valores contribuía para construir *social e administrativamente* as populações destinatárias das habitações (Baptista, 1996). Os valores das prestações eram associados ao rendimento das famílias através de uma regra de correspondência que fixava mínimos e máximos. A construção da grelha de classificação orientava-a para os agregados domésticos que tivessem formado um modo de vida particular, assente na ligação às Caixas de Previdência federadas nas Habitações Económicas. Através dos critérios de inclusão e de reconhecimento do direito à participação no programa, o Ministério das Corporações e da Previdência Social construía social e administrativamente a população e afirmava uma norma social da qual decorria a escolha. A grelha de classificação implicava e reforçava a regularização salarial, o vínculo profissional e a adesão do sector ou corporação económica às convenções da Previdência. Não sendo um esquema universal, a base de integração dos agregados domésticos era a sua pertença e adesão ao esquema corporativo; ou seja, que o estatuto profissional do trabalhador estivesse organizado e federado nas Corporações e nas Caixas de Previdência.

Em segundo lugar, o Decreto Lei estabelecia quais as proporções de habitações a construir por categoria de renda, induzindo uma composição social dos territórios programados. O respeito por essas proporções conduziria a uma estratificação social em pirâmide: 40% para a Categoria I, a mais baixa do programa, 30% para a categoria II, 20% e 10%, para as categorias III e IV, respectivamente. As rendas variavam entre 200 e 1500 escudos, da categoria I à categoria IV, para uma gama de réditos familiares mensais que ia dos 875 aos 6000 escudos.

Em terceiro lugar, e não menos importante, o legislador estabelecia uma proporção máxima para o custo dos lotes de terreno no custo final das habitações. Esta tecnologia de controlo de custos funcionava por escalão de renda, fabricando uma restrição orçamental mais exígua para as habitações destinadas às *famílias* com menor rendimento. Na prática, através de um processo de optimização dos custos e de fixação de taxas de juro para os investimentos públicos, as áreas de habitação, as

qualidades construtivas, a tipologia, a dotação de áreas brutas e os perfis de equipamento doméstico - em suma, as condições de habitabilidade de cada categoria - eram fortemente estratificadas.

A formalização da acção urbanística e das práticas de edificação dos conjuntos de habitações e de instalações comuns em Olivais Sul viria a situar-se no Gabinete Técnico de Habitação. Esta solução organizacional, constituída na dependência da presidência do município da Capital, viria a funcionar como um *laboratório de programação urbanística e habitacional*.

Face ao governo, detentor da iniciativa, o Gabinete Técnico de Habitação dispôs da possibilidade de concentrar as condições de programação, planificação e concepção da totalidade da urbanização programada para a malha. O controlo da operação - e a subsequente programação do território - ficaria assegurado pelo GTH que assim formou um contexto de acção, transformando o então previsto organismo técnico de apoio em laboratório de habitação económica e de programação urbana para a quase totalidade da zona oriental da cidade.

Em 1960, a Câmara Municipal de Lisboa indicou as malhas urbanas que ficariam ao abrigo do regime de construção das habitações de renda económica. Os trabalhos de planificação detalhada na malha de Olivais Norte começaram ainda nesse ano. No total, as três malhas escolhidas - Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas - atingiam cerca de 710 hectares. As incumbências do Gabinete iam da expropriação dos terrenos aos estudos de urbanização, dos projectos de arquitectura dos edifícios à preparação das empreitadas e sua condução. A margem de manobra para o Serviço de Planeamento era considerável; na Direcção do Gabinete, Jorge Carvalho de Mesquita ensaiou um programa com uma forte vocação experimental quer ao nível construtivo quer ao nível do planeamento, do desenho urbano e da arquitectura de habitação.

2. Os lugares da razão urbanística - um percurso sociológico pelo Plano de Urbanização de Olivais Sul

O Plano de Urbanização, entendido como representação discursiva e gráfica da futura unidade urbana, na qual se expressavam orientações programáticas de acção e uma imagem modelar do futuro construído do bairro, constituiu a peça fundamental da construção de condições de coordenação da acção e de formação de um conjunto de sentidos associados à edificação de Olivais Sul - isto a um nível comunicacional, como suporte de comunicação entre planeadores e projectistas, e a um nível técnico e social, regulando as práticas de projecto de arquitectura.

A acção em plano apresenta-se como um processo de tradução de elementos heteróclitos - intuítos e princípios de actuação, modelos e imagens, hipóteses e factos - que tem como consequência a uniformização e a unificação de estruturas, de funções e de sentidos.

Os intuítos e os valores de referência da edificação da cidade nova em Olivais Sul tornar-se-ão mais nítidos se se acompanhar a selecção dos equipamentos, a sua grelha, e as justificações da sua composição. Com base nesse percurso mais detalhado definir-se-ão as formas e os conteúdos da urbanidade projectada.

2.1 Escalões de planeamento e princípios operatórios

No plano de urbanização de Olivais Sul, a equipe de urbanistas composta pelos arquitectos José Rafael Botelho, Carlos Duarte, mais tarde enriquecida por António Freitas, Celestino da Costa e Mário Bruxelas, criou quatro escalões de programação e de planeamento que permitiam a tradução dos princípios gerais do programa em projecto urbanístico e arquitectónico.

A unidades comuns a todos os escalões eram o número de habitantes previsto e uma determinada área de solo. Cruzadas, as escalas formavam um escalão ecológico ao qual diferentes *peças de equipamento*, usando-se a linguagem da época, eram adstritas: o número e a variedade de comércio, os mercados, as escolas para diferentes graus de ensino, as igrejas, por exemplo. Em suma, a equipe de urbanistas definia o povoamento dos órgãos considerados necessários à vida social na unidade urbana.

O primeiro escalão criado era designado por «grupo residencial», prevendo-se a sua ocupação por 1 200 a 2 400 habitantes. O segundo constituía a «unidade de vizinhança», com 4 000 a 5 800 habitantes, em seguida, agregação de unidades de vizinhança formava «a célula» com 9 600 a 12 000 habitantes. Por fim, «a malha» - o escalão de maior dimensão - associando 38 400 a 48 000 habitantes - fecharia a hierarquia demográfica e ecológica da programação de Olivais Sul no tecido urbano da capital. A matriz de planeamento, as orientações dos planos camarários e o sistema de coordenadas dos lugares em devir previam cerca de 36 000 habitantes e 6500 fogos em 186 hectares.²

2.2 A cidade nova e o seu centro. A célula G – o centro cívico-comercial da malha de Olivais Sul

A edificação de Olivais Sul baseava-se na realização de um centro, à época designado «cívico-comercial» (GTH - Serviço de Planeamento, 1964: 15). Aí se previa a instalação de colectividades de cultura e de recreio, de uma biblioteca municipal, de um museu, de galerias de arte e de uma igreja. O registo lúdico não foi esquecido: um cine-teatro comercial, dois cinemas de pequena lotação, para além de áreas para exploração comercial do espaço em lojas.

Como conjunto, o centro formava um modelo de povoamento de equipamentos e de possibilidades de frequência e de participação para a globalidade da população local. O fundamento da oferta de lugares de comércio baseava-se numa norma temporal e económica: ao centro principal estavam reservados «comércios e serviços

de servidão ocasional, grandes armazéns, supermercados, mercado municipal e instalações para actividades terciárias» (GTH - Serviço de Planeamento, 1964: 20).

A sua primeira imagem recriava uma organização citadina tradicional – praças e ruas pedonais - em clara réplica de um centro de uma pequena cidade, ou mesmo de um burgo.³ Com lugares para estacionamento previstos em redor da célula, a composição do conjunto de equipamentos da célula G aproximava-a das realizações urbanísticas inglesas e escandinavas da época: a *new town* com um grande centro cívico-comercial.⁴

A constituição da oferta de equipamentos para a malha assentava num pressuposto funcional forte: aos urbanistas ao serviço do GTH competia o estudo das futuras necessidades dos habitantes e a forma harmoniosa e equilibrada de construção dos suportes físicos e sociais da sua satisfação.

No discurso do plano de Olivais Sul, a organização do grande centro era considerado como um mediador entre a cultura, o lazer e o consumo, representados pelo urbanistas nas suas dimensões mais nobres e instituídas, e a população local. Assim, de acordo com o plano, formar-se-ia, através do centro, uma infra-estrutura comunicativa entre as instituições culturais, a forma dos dispositivos da sua territorialização e a população.

2.3 A organização celular. Espacialização não marginalista da habitação

A um nível imediatamente inferior na hierarquia de espaços e de usos, a razão urbanística definiu a célula como modalidade de espacialização habitacional da Cidade Nova. Este escalão, representado pelas letras B, C, D, E e F organizava, teoricamente, a habitação para 9 000 a 12 000 indivíduos, associando-os a um centro cívico-comercial mais reduzido em dimensão face ao centro principal. A oferta de serviços apresentava-se diferenciada; na célula agrupar-se-iam um «centro de acção sócio-cultural, instalações para colectividades de cultura e recreio, biblioteca pública municipal» (GTH - Serviço de Planeamento, 1964: 21).

Quanto aos espaços comerciais, uma vez mais, uma escala de tempo informava a norma de programação: o critério comercial assentava numa representação do tempo do quotidiano dos habitantes, pontuando os centros secundários da aglomeração com lojas de necessidades semanais ou mensais, mercados mais reduzidos do que aquele previsto para a célula G, que sendo na origem provisórios ainda hoje se mantêm em actividade. O número de lojas previsto havia constituído objecto de estudo por parte dos Serviços de Planeamento e de Investigação do GTH, que procurava estabilizar a qualidade e o número de locais de comércio para Olivais Sul e para a dotação de Chelas.

2.4 Heterogeneidade urbana, heterogeneidade social

Ao longo dos escalões, da malha ao grupo residencial, os urbanistas repartiram a população prevista, definiram os modos de inserção das habitações, projectaram as dotações quer de espaços verdes – a sua hierarquia e grupo etário de referência –, quer de equipamentos desportivos, quer ainda de centros cívico-comerciais. Dada a futura composição social da malha de Olivais Sul, decorrente dos critérios de distribuição das habitações do Ministério das Corporações e da Previdência Social, a composição espacial das diferentes categorias de rendas de habitação constituía um problema significativo para a acção da equipe:

«Verificar-se-á, a propósito, que, embora tenha havido a intenção de evitar uma provável segregação social que resultaria de grande concentração de fogos de uma dada categoria (a I, por hipótese), se evitou a mistura indiscriminada das categorias, preferindo-se à adopção de qualquer destes critérios extremistas a criação de pequenos núcleos de categorias afins formando dois grupos principais, um constituído pelas duas primeiras (I e II) e o outro pelas duas últimas (III e IV). Raramente, de resto, estes grupos se fecham sobre si, constituindo antes parte de um todo articulado em função dos órgãos colectivos dos escalões seguintes (unidade de vizinhança, célula)» (GTH - Serviço de Planeamento, 1964: 15).

Assim, quer ao nível celular ou quer ao nível das zonas – *grosso modo*, unidades de vizinhança – os planeadores procuraram distribuir as diferentes categorias de habitação de acordo com o princípio da não segregação – quer urbana, quer social. Este princípio definia um regime de espacialização de homogeneidades sociais em pequenos núcleos ou extensões edificadas e um modo de articulação de heterogeneidades em torno dos equipamentos escolares e comerciais – os centros cívico-comerciais secundários.

No entanto, a tradução desse princípio no plano contribuía para a formação de zonas de ocupação identificáveis e identificadoras, uma vez que as habitações de cada prédio eram distribuídas pelos “beneficiários” da entidade financiadora proprietária do edifício. Uma vez, também, que cada edifício estava destinado a uma e uma só categoria de renda – através dos critérios de distribuição de habitações criados – viria a territorializar-se uma estrutura segregada.

Para mais, ao nível da escala urbana, a *unidade urbana* apresentava-se como território predominantemente habitacional, ocupado maioritariamente por agregados familiares que na relação com os organismos da esfera das Corporações e da Previdência Social haviam sido inseridos na grelha de selecção e formavam os segmentos de população elegidos para o novel destino habitacional.

Globalmente, a previsão dos dispositivos em Olivais Sul distingue e promove, pelo menos discursivamente, uma relação dos futuros habitantes com um tipo de

conhecimento - fundado nas bibliotecas, nos museus, nas galerias de arte e no teatro. Num tempo futuro, esses lugares sociais de um saber instituído funcionariam na promoção de relações dos habitantes entre si, complementados por centros de acção cultural, por espaços de encontro e de associação, que organizariam uma vida cívica participada e uma sociabilidade projectada para um tempo quotidiano posterior à jornada de trabalho e para um território articulado com o tecido urbano existente.

2.5 A habitação, a sociabilidade e a vida Cidadina - a Unidade de Vizinhança enquanto modelo de urbanidade projectada

A unidade fundamental da actuação urbanística do Gabinete Técnico de Habitação em Olivais Sul era fornecida pelo escalão intermédio *Unidade de Vizinhança*. Considerada a «trave mestra do urbanismo inglês da década de cinquenta» (Arquitecto Carlos Duarte, co-autor do Plano, entrevista), a unidade de vizinhança associava um valor numérico de habitantes, cerca de 4000, a um conjunto de equipamentos centrado na escola primária.⁵ Esta associação entre população projectada e equipamentos envolventes à habitação apresentava, em Olivais Sul, um conjunto de características distintivas: a unidade de vizinhança dispunha no espaço um número de habitantes - 4000 a 5800 - considerado suficiente para a utilização pelas crianças de uma escola primária que se situava no centro da unidade. O acesso espacial à escola encontrava-se intencionalmente facilitado, sendo a distancia a pé percorrida muito reduzida e considerada normal.

A envolvente da escola primária ofereceria espaços abertos, de fronteiras fluídas, onde se situavam os campos de jogos e as diversas dependências da escola. A assunção fundamental deste escalão de planeamento era a abertura da escola a actividades extra-escolares, formando-se assim um dispositivo de fomento de vida cívica na órbita habitacional da escola e dos actores com ela relacionados: os professores, os técnicos de serviço social e, em especial, entre as crianças e os pais.

O programa de edificação de escolas primárias em Olivais viria a ser, ao longo primeira década de actividade do Serviço de Planeamento, um objecto de estudo e de colaboração entre o GTH, técnicos do Ministério da Educação, arquitectos paisagistas e especialistas do Instituto Nacional de Educação Física.⁶

A equipe propunha-se reconfigurar o programa de construção de instalações escolares em voga. Arquitectonicamente, a redefinição dos materiais, da luz, da acústica e das características heliotérmicas constituíam um domínio de transformação possível, no qual o GTH investiu fortemente. Mas era na programação das ocupações previstas, na escala construtiva, na classificação dos espaços institucionais, em especial na diversificação da sua oferta - ginásio, biblioteca, salas de reuniões, salão de festas - que o projecto de reforma da construção de escolas primárias traduzia a vontade de criar cenários para a apropriação da população residente na unidade de vizinhança, onde a escola primária funcionava como centro.

A equipe de urbanistas encontrava na reforma do ensino primário, em particular na reforma de métodos pedagógicos desenhada pelo Ministério da Educação, um traço de renovação institucional expansível à vida escolar e social das unidades urbanas previstas no Decreto Lei n.º 42 454 / 59.⁷ A transformação da escola enquanto objecto arquitectural e enquanto dispositivo institucional representava para a equipe a possibilidade de redefinir o laço social entre a população, os corpos técnicos da planificação e o professorado; ao mesmo tempo que, espacialmente, a renovação da envolvente da escola e a sua localização central na unidade de vizinhança ordenava os percursos dos habitantes – especialmente das crianças e dos pais – face à habitação e à malha. A abertura da escola aos pais, às crianças e a formas de apropriação originais, não instituídas, geradas localmente numa situação pós-plano encontrava-se no centro da programação da unidade de vizinhança. A escola formava também um futuro um meio de ligação entre os habitantes entre si:

«Considerou-se ainda a possibilidade de utilização de algumas das instalações escolares – ginásio, sala de festas, biblioteca, campos de jogos – pelas organizações de cultura e recreio locais. (...) Esta utilização apresenta evidente interesse económico e social, já que deste modo será possível evitar a duplicação de algumas instalações e emprestar à escola um papel activo no fomento de uma cultura popular e de um sentimento comunitário local» (GTH - Serviço de Planeamento, 1964: 20)

No perímetro da unidade de vizinhança, pontuando com a sua localização futuros lugares de frequência mais intensa, situavam-se as lojas – mercearia, padaria e café. As unidades de vizinhança inseriam-se na rede viária da malha de modo a que aos habitantes fosse facilitada a deslocação a pé no seu interior. Para as unidades de vizinhança não se previa um tráfego automóvel intenso e no seu interior o sistema viário era concebido por forma a que automobilistas se vissem obrigados a reduzir a velocidade de circulação. A pedonalidade era, mais uma vez, amplamente favorecida.

Em Olivais Sul, a acção tecnológica no espaço - e a selecção, a hierarquização e a modelação do território na programação - definiam a vizinhança como categoria operatória, quer demográfica quer ecologicamente. A partir de um número significativo de pessoas num território programado produzir-se-ia um volume, uma densidade e uma heterogeneidade significativas para a formação da vizinhança.

No futuro quotidiano da população, a centralidade conferida à escola e o posicionamento dos comércios no perímetro da unidade de vizinhança promoveriam uma organização dos percursos e dos cruzamentos das órbitas dos cidadãos, no espaço exterior à habitação. A promoção do interconhecimento entre habitantes e a abertura da escola a actividades locais procuravam construir um modo de inserção espacial da população, de raiz vicinal.

Assim, à assunção ecológica e funcional era acrescida a consideração antropológica e cultural acerca da unidade de vizinhança. Esta era sustentada pela hipótese

de desenvolvimento de relações face a face, e como refere Raymond Ledrut, por uma variedade de relações, de trocas e de frequências entre indivíduos e famílias numa rede individualizada (Ledrut, 1968: 106).

Para os urbanistas, a vizinhança era entendida como estrutura humana para o desenvolvimento de actividades colectivamente partilhadas, facilitadas na associação dos grupos sociais residentes a peças de equipamento situadas na proximidade da habitação. Peter Rowe resume o fundamento do modelo da unidade de vizinhança na habitação programada no século XX, referindo:

«At the core (of the neighbourhood unit) was the idea of a cohesive community that was large enough to support and enjoy transactions over a local array of community services and non residential functions, and yet small enough for inhabitants to have a real sense of belonging to a particular neighbourhood. In addition to size, functional composition, and mix, however, there were also considerations of the manner in which particular spatial arrangements of dwellings and other uses could support the community idea» (Rowe, 1995: 201)

Seguindo a leitura de Peter Rowe, a unidade de vizinhança assumia o papel de escalão chave, intermediário entre a malha, as diferentes células que a compunham, e a inserção dos habitantes e das habitações no território programado. O seu interior constituía o teatro de operações arquitectónicas para as equipas de arquitectura: a estrutura de distribuição dos edifícios em grupos residenciais e, de modo mais específico, a composição das habitações nos blocos, torres ou bandas traduziriam formalmente o objectivo de produzir um «enraizamento espaço-temporal do estabelecimento humano» (Choay, 1965: 58), identificado por Françoise Choay como traço modelar do discurso urbanístico humanista assente na vicinalidade.

Assim, a partir de qualidades específicas da inserção da habitação e dos equipamentos no território, a proposta da equipe composta por José Rafael Botelho, Carlos Duarte, Celestino de Castro, António Freitas e Mário Bruxelas apresentava uma forma específica de ordenação urbana e social do agrupamento: o grupo residencial.

2.6 Igualitarização, vicinalidade e vida pós-laboral - o Grupo Residencial como lugar de enraizamento social

O grupo residencial fechava, no sentido descendente, a especificação dos critérios de planeamento da equipe encarregue da programação e do planeamento da malha de Olivais Sul. Com uma dimensão ecológica mais reduzida, 1200 a 2400 pessoas, o tratamento arquitectónico e urbanístico dos grupos residenciais baseava-se na proximidade da habitação a espaços ajardinados, a terrenos de jogos, ao centro pré-escolar e a lojas como a mercearia, a tabacaria ou a padaria.

«Ainda neste escalão foram destinados espaços ao convívio dos adultos, zonas de ar livre que constituem um prolongamento da habitação e onde nalguns casos se prevê um equipamento elementar. Teve-se particular empenho em satisfazer as necessidades das zonas onde predominam as categorias mais baixas (I e II), onde as populações, por virtude de hábitos culturais tradicionais, de um sedentarismo forçado pela própria condição económica e também pela exiguidade das habitações mais os poderão aproveitar» (Serviço de Planeamento, 1964: 22)

O grupo residencial traduzia à mais reduzida escala do plano de urbanização os objectivos de igualitarização de acesso aos equipamentos para uma parte da população que, na visão da equipe, se apresentaria mais constringida na Cidade Nova. Progredindo no sentido descendente da análise observa-se que o grupo residencial, enquanto escalão de planeamento, constituiu o espaço programado de inserção da habitação mais susceptível de vitalizar os locais de malha, dada a associação às escolas pré-primárias, aos agrupamentos de lojas e aos mercados e aos jardins. Uma vez mais, as noções de *escala* e de *interacção* justificavam organização das estruturas de vizinhança no bairro:

«(os grupos residenciais) são organizações formais com uma certa respiração, tem escala suficiente para se imporem e criarem uma imagem própria. A imagem própria perde-se quando Olivais é visto de avião ou de automóvel (...). Precisamente aí, começamos a ver muitas arquitecturas, muitas formas e por vezes uma certa e aparente confusão formal. Justamente essa ordem formal não estava na base das nossas maiores preocupações, existia já num segundo plano, ela existia, mas era subordinada a factores de ordem sociológica mais do que outros quaisquer» (Arquitecto Carlos Duarte, co-autor do Plano de Olivais Sul, entrevista)

Sobre o grupo residencial se realizou a definição das condições de encomenda dos projectos habitacionais e da concepção do território de proximidade imediata da habitação. Para a construção do espaço exterior e das modalidades de organização do espaço envolvente aos edifícios o plano geral propunha, ao nível dos planos de pormenor, combinatórias de torres e de bandas em situações de rua, de pátio ou de jardim - traduzindo para a forma física os objectivos de vicinalidade do plano.

À escala do grupo residencial, a preocupação com as condições espaciais de inserção das pessoas tornava-se dominante para os autores dos projectos.

Relativamente à unidade de vizinhança considera-se a importância das realizações inglesas da década de cinquenta, que formaram um contexto de reflexão das premissas de actuação urbana e de racionalização sociológica sobre a forma projectada (Rowe, 1995: 200-210; Silva Dias e Silva Dias, 1994: 53; Arquitecto Carlos Duarte, entrevista).

Já para o escalão do grupo residencial, a origem da reflexão sobre a inserção do edifício no tecido urbano derivava das análises dos arquitectos italianos da década de cinquenta, Carlo Aynonimo e Aldo Rossi, que, segundo Jean Pierre Frey, (1998)

«montrent que tout edifice doit une part importante de ces caracteritiques à ses conditions d'insertion dans un tissu urbain. La distribution interne, les entrées, la façade témoignent des relations établies entre un espace domestique protecteur des intimités et un espace public, livré à des appropriations plus anonymes, qui appelle la compétence des urbanistes.» (Frey, 1998: 57) ⁸

A este nível, destacam-se também, pela sua importância heurística, algumas regiões exteriores aos grupos residenciais onde pequenos lugares de reunião e de apropriação comum marginam os prédios de habitação: jardins e equipamentos lúdicos para as crianças - vários jogos do "avião" feitos em calçada portuguesa, pequenos jogos construídos com pneus ou com tubagens, bancos, mesas - enfim, detalhes simples para o povoamento infantil, juvenil e adulto dos grupos residenciais.

Alguns projectos associavam à habitação pequenos espaços para arrumos ou para oficinas particulares e informais, para actividades de *bricolage* fora da habitação; por exemplo, os blocos projectados pela equipe de Nuno Teotónio Pereira, António Silva Gomes, A. Freitas Leal e J. Correia Rebelo.⁹ Outros previam na concepção dos grupos residenciais sedes para futuras associações locais, expressando, à mais reduzida escala pública do plano, a organização cuidada dos lugares de enraizamento no tecido urbano da malha.¹⁰

O percurso de análise pela razão urbanística da equipe de urbanistas do Serviço de Planeamento do GTH, progredindo de escalão em escalão, torna compreensível uma modalidade de construção do território urbano:

«Há um processo de organização que é um processo celular, que tem vantagens do ponto de vista de dentro para fora, na forma como as pessoas habitam, e onde na base das coisas está a preocupação com a forma de vida que se vai desenvolver naquele sítio. Mas isso pode dar origem - e assim foi em Olivais Sul - a uma certa perda de homogeneidade, uma certa dispersão formal e por vezes até a uma certa anarquia. Em Olivais Sul não corremos tanto esse risco (...) porque os contractos que nós fazíamos com os projectistas eram de uma grande dimensão, aliás justamente por isso, de forma a que se permitisse a identificação de zonas com uma certa extensão (...). A própria escala de Olivais de certo modo contraria isso, ou pelo menos ajuda a contrariar: é uma escala, apesar de tudo, calma, *mignone*, não tem aquela dimensão *bunker* que têm muitas das zonas de Chelas (...). Ali, (em Olivais Sul) há uma coisa muito importante: é a relação rua / pessoas

e a ligação das pessoas umas às outras» (Arquitecto Carlos Duarte, co-autor do Plano de Olivais Sul, entrevista)

3. Um programa reformista do espaço urbano e uma urbanidade projectada

Dependentes do programa público de edificação de habitações de renda económica, o Gabinete Técnico de Habitação e, em especial, a equipe do seu Serviço de Planeamento formaram um Plano Geral e um conjunto de planos de pormenor e de encomenda arquitectural - a estes associados - que construíram espacial, técnica e socialmente as modalidades organização do ambiente físico construído de Olivais Sul.

A equipe de urbanistas reconheceu o modelo de crescimento da cidade definido pelo governo, a unidade urbana, adaptando os objectivos do Decreto Lei 42 454/59 e atribuindo um sentido técnico à realização: a inserção da habitação num espaço globalmente programado por especialistas.

Contiguamente ao programa governamental e ao modelo proposto no Decreto Lei fundador, a equipe de urbanismo viria, através do plano, a formar uma superfície de enunciação de um projecto urbano e social de cariz reformista que se manteve implícito no plano e que lhe imprimiu um sentido político, social e urbano.

A redução das desigualdades sociais, a qualificação do tempo livre e a melhoria do quadro de vida urbano, do habitat e dos equipamentos encontravam-se presentes na orientação que a equipe imprimiu ao plano. Estes são alguns dos mais importantes referentes dos projectos urbanos reformistas europeus na segunda metade do século XX.¹¹

No contexto de programação de Olivais Sul, a igualitarização do acesso aos equipamentos e aos universos simbólicos a estes associados constituía parte essencial do esforço de construção do território programado e da inserção coordenada dos espaços habitacionais e extra-habitacionais concebidos pela equipe de urbanistas.

A proposta do Plano assentava na construção de um espaço urbano dominado pela habitação, contudo, enriquecido pela profusão de localizações para os equipamentos; os urbanistas aceitavam a especialização habitacional no território, mas procuravam favorecer, através das unidades de vizinhança e da articulação em células, uma combinatória de lugares diversificados, de usos variados e de possibilidades de escolha por parte dos futuros habitantes. A relação do bairro com a cidade, inscrita no Plano, tinha como princípio a qualificação do quadro urbano pós-laboral.

Neste regime de tempo, o bairro deveria oferecer possibilidades de interacção diversificadas. Para tal, aos variados equipamentos previstos era reconhecida a função de ligação dos habitantes entre si. Através de uma concepção sintética, a instrução, o consumo e a participação cívica constituíam funções convocadas e inscritas no território programado a partir de uma lógica orgânica.

Analisando-se o povoamento de equipamentos previstos, realizado discursivamente, podem-se distinguir três dimensões: (i) a primeira, dominada por uma linhagem disciplinar dos equipamentos, constituída pela escola e pelos centros materno infantis e de assistência social;¹² (ii) a segunda, representada pela previsão de espaços destinados à transmissão e à recepção de saberes reconhecidos – a escola, o museu, as galerias de arte, o cine-teatro, as bibliotecas municipais – inscrevia-se na tradição republicana francesa de organização da população, do território e da sociedade¹³, promovendo, *avant la lettre*, um critério político de *discriminação positiva*; (iii) e, por fim, a terceira dimensão, fundada numa referência de nível comunitário, contempla a previsão de centros locais, situados nas escolas ou nos embasamentos dos edifícios, e de espaços de apropriação local para iniciativas pós-planificadoras da população.¹⁴

A determinação dos equipamentos estava associada a uma representação pericial das necessidades e aspirações dos futuros habitantes do bairro. A programação e o planeamento urbano definiam suportes espaciais para a sua realização: o sistema dos lugares, as configurações de acessos, a articulação dos lugares entre si e modelos de utilização.

Os sujeitos eram representados fundamentalmente a partir da família nuclear. A representação de família foi construída fundamentalmente pela escassez de recursos. De um modo particularmente directo, a estrutura de rendimentos das famílias e as categorias socio-profissionais promovidas pelo Ministério das Corporações e da Previdência Social viam-se transcritas e respeitadas na concepção. A equipe de urbanismo compreendeu o constrangimento de um enraizamento na proximidade da habitação para uma parte considerável dos futuros habitantes. Nesse sentido, a actividade de programação valorizava os espaços escolares primários e pré-primários, as bibliotecas e os centros de acção sociocultural, e dos espaços de lazer, comércio e assistência. O programa e o planeamento de Olivais Sul denotavam a orientação da equipe para, através do plano, reduzir as desigualdades sociais de acesso aos dispositivos territorializados.

A concepção da relação entre os sujeitos organizava-se a partir de dois grandes eixos: a socialização e a individuação. Especialmente criaram-se, discursiva e praticamente, lugares de socialização, ou seja, de criação de referências objectivas de dependência entre pessoas e instituições. Mas também, espaços de individuação, de referenciação estratégica individual, de organização e de associação das pessoas entre si.

4. Em conclusão

Em 1960, ano de forte investimento da equipe de urbanismo do GTH no *master plan* de Olivais Sul, era publicado um pequeno artigo de Lewis Mumford no qual o autor analisava algumas experiências de planificação urbana realizadas em Inglaterra e nos Estados Unidos; aí, o nosso autor defendia:

«La fonction fondamentale de la cité consiste à donner une forme collective à (...) la relation en Moi et Tu: à permettre – et même à favoriser – le plus grand nombre de réunions, de rencontres, de compétitions entre des personnes et des groupes variées de façon que le drame de la vie sociale puisse être joué, acteurs et spectateurs échangeant tour à tour leur rôle. La fonction sociale des espaces libres dans la ville est de permettre le rassemblement des individus. Comme Raymond Unwin l'a montré à Hampstead Gardens, Henry Wright et Clarence Stein encore plus décisivement à Radburn, ces contacts ont lieu dans les conditions les plus favorables, lorsque les espaces privés et publics sont conçus simultanément dans une même démarche de planification.»¹⁵

Num argumento crítico relativamente ao *standard* de planificação urbana da época, e num contexto em que o problema da coexistência de diferenças sociais adquiria uma permanência fundamental no domínio da habitação, do planeamento e das políticas sociais, Lewis Mumford desloca o centro da reflexão para a relação, para a interacção e para o jogo entre posições – entendidas, em conjunto, como propriedades passíveis de fazer distinguir a qualidade da vida cidadina.

O autor defendia que a expansão planificada da cidade se deveria orientar pelo princípio da multi-centralidade e pela potenciação das possibilidades cívicas numa escala de proximidade. Ao colocar a questão nas condições de relacionamento, no «drama» e no jogo entre papéis, Lewis Mumford apresenta um critério de avaliação e de crítica às acções urbanísticas ao mesmo tempo que sugere uma exploração sociológica do tema da urbanidade.

Significando «qualidade do que é urbano», «civildade», «polidez», «delicadeza» - o termo urbanidade evidencia, à luz de um raciocínio sociológico, um processo de tipificação e de objectivação de sentido(s) resultante(s) da experiência cidadina.¹⁶

Partindo de uma definição idêntica, Alain Bourdin (1988: 246) defende que a urbanidade apresenta como pré-requisitos uma distribuição de papéis complexa, a multiplicidade de grupos sociais em coexistência e um quotidiano marcado pela diversidade. Desta feita, torna-se possível a *figura* do imprevisível, emergindo de um fundo de prática contínua e de relação.

Este ponto permite justamente interrogar as actividades de programação, planeamento e desenho urbano, procurando detectar os modelos de urbanidade associados aos programas e projectos de concepção de edificação ou de (re)qualificação dos espaços.

Foi o que se tentou fazer ao considerar a edificação do bairro de habitações económicas de Olivais Sul como exemplar estratégico da extensão programada da cidade e ao procurar, também, evidenciar e analisar as componentes representacional, axiológica e social das acções urbanísticas. No trabalho de estabilização da ordem urbana e da ordem social do bairro em devir, os urbanistas representaram e imagi-

naram lugares, construíram sujeitos, modelizaram actividades comuns e práticas individualizadas. Na programação e no projecto dos espaços, os urbanistas anteciparam e modelizaram um sistema de papéis associados ao habitar, construíram *populações*, recriaram um conjunto de actividades.

Em conjunto, o urbanismo e a arquitectura doméstica fabricam formas e sentidos. Estes resultados do trabalho de concepção radicam em projectos e em vontades, mais ou menos expressas, de diferentes poderes. Assim entendidas, as formas construídas apresentam-se ao olhar sociológico exactamente como tal, *construídas*, melhor dizendo, socialmente construídas. Enquanto construção social, a forma construída distribui características e qualidades, oportunidades e constrangimentos, propõe regras de uso e recursos de ocupação.

A urbanidade projectada pode definir-se como o registo do domínio da concepção no qual os peritos antecipam e modelizam os modos de conduta e de relação social urbana, inscrevendo nos programas e nos projectos os dispositivos e as formas consideradas adequadas para as tornarem operantes.

Nesta forma de concepção, os espaços programados conferem diferentes oportunidades sociais aos seus utilizadores na medida em que, enquanto construção social, representam a selecção das dimensões críticas de acção por parte de quem os edifica: construído hierarquias de necessidades, classificando espaços, definido funções, edificando formas – construindo oportunidades e direitos.

As práticas urbanísticas são como quaisquer outras, relacionam pessoas, definem e possibilitam relações sociais e criam e recriam sentidos. São, no seu conjunto, acções orientadas para uma pluralidade de recursos e de fins: sejam estes interesses sociais (profissionais, de classe, de *status*, de manutenção de uma ordem social ou da sua substituição) ou fins substantivos de um programa de acção e de actividades especializadas. São também determinadas por valores - ou seja, orientações intrínsecas da acção ou da conduta nas quais os actores crêem, independentemente de considerações utilitárias ou pragmáticas - e por princípios abstractos sobre os quais se racionaliza a imagem da vida urbana ou da cidade.

Notas

- ¹ Ver Markus, T. (1993) *Buildings and Power: freedom and control in the origins of modern building types*, London, Routledge
- ² Os valores e as categorias foram retirados de GTH - Serviço de Planeamento (1964) «Urbanização de Olivais Sul» *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. I, n.º1 p.13.
- ³ Cf. Ledrut, R. (1968) *Sociologie Urbaine*, Paris, PUF, pp. 105-110
- ⁴ Na década de sessenta, o GTH foi um importante núcleo de estudo sobre a Cidade. Durante o processo de programação, planeamento e avaliação da edificação de Olivais Sul - e sob orientação do Gabinete - foram realizadas viagens de estudo e organizados colóquios sobre sociologia urbana, normalização e economia da construção, problemas e temas de transporte e programação de centros cívico comerciais. As referências à realizações inglesas e escandinavas encontram-se em Duarte, C. S. (1965) «Habitação e equipamento colectivo na Suécia»,

- Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. I, n.º4, pp.207-214, Goulartt de Medeiros, E. (1965) «Os centros cívico-comerciais de Vallingby e Färsta», *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. I, n.º4, pp.215-220 – que descrevem e analisam as viagens de estudo que realizaram - e em Ribeiro Machado, A. (1967) «Breve introdução a uma problemática dos centros cívico-comerciais», *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. II, n.º12, pp.140-155. Para uma leitura retrospectiva ver Portas, N. (1997) «A arquitectura de habitação no século XX português» in Becker, Tostões e Wang (org) *Arquitectura do século XX, Portugal*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, Centro Cultural de Belém, pp.116-121.
- ⁵ Para uma perspectiva histórica acerca da unidade de vizinhança ver Rowe, Peter G. (1995) *Modernity and housing*, Cambridge (Ma), The MIT Press, pp. 198-210, Rabinow, P. (1994) *French modern. Norms and forms of the social environment*, Chicago, The University of Chicago Press (em especial a referência à *Cité Industrielle* projectada por Tony Garnier em 1900) e Ascher, F. (1998) *Metapolis, acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta.
- ⁶ Referência realizada em entrevista pelo Arquitecto Carlos Duarte.
- ⁷ Duarte, C. e Ribeiro Machado, A. (1964) «Novas construções escolares nas zonas abrangidas pelo Decreto Lei 42 454» *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. 1, n.º1, pp. 28-37.
- ⁸ A referência feita por Frey, J.-P. (1998) «Le logement comme forme architecturale: une approche typologique» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.51-58 às análises e às propostas de estudo presentes na arquitectura italiana nos anos cinquenta acerca da inserção do edifício num tecido urbano histórica e socialmente construído eram bem conhecidas em Portugal, à época: em entrevista, o Arquitecto Carlos Duarte destacava a relação informal do GTH mantida com o INA-CASA, o instituto italiano para a habitação popular; a outro nível, a revista de circulação restrita *Habitações Económicas-Federação das Caixas de Providência*, apresenta no número 17, ano 3º (1965) a reprodução de critérios, medidas e princípios de desenho habitacional da INA-CASA.
- ⁹ Trata-se dos lotes 438 a 444 da Célula E, situados na Rua da Manhiça.
- ¹⁰ Na esquina do lote 444 da Rua da Manhiça, na célula E, ou na Rua Cidade da Praia, no lote 362, na célula D, por exemplo.
- ¹¹ Cf. Dagnaud, M. (1978) *Le mythe de la qualité de vie et la politique urbaine en France: enquête sur l'idéologie urbaine de l'élite technocratique et politique (1945-1975)*, Paris, Mouton. A autora utiliza a expressão *socialiste* para realizar a tradução entre as *ideologias*, os actores implicados nas realizações urbanísticas e os partidos do sistema francês. A convergência para o contexto português na década de sessenta do século XX não pode ser feita, nem, muito menos, a tradução para *socialista*. Uma solução possível será a utilização do termo *social democrata*, no sentido que geralmente é atribuído à orientação dos governos e dos partidos europeus (Alemães ou Suecos, por exemplo) na institucionalização dos Estados Providência. De qualquer modo importa sublinhar a impossibilidade de se realizarem convergências com designações de partidos do sistema português.
- ¹² Cf. Foucault, Michel (1975) *Surveiller et punir: naissance de la prison*, Gallimard, Paris; Joseph, Isaac, Fritsch, Philippe (1977) *Disciplines à domicile: l'édification de la famille*, Recherches n.º 28, Novembre 1977 ; Rabinow, Paul (1995) *French modern. Norms and forms of the social environment*, Chicago, The University of Chicago Press
- ¹³ Cf. Rabinow, P. (1994) *French modern. Norms and forms of the social environment*, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 217-250
- ¹⁴ Cf. Behar, Daniel, Estèbe, Philippe (1997) «Trois logiques d'action publique» in Damon, J. (org) *Dossier: La politique de la ville*, Problèmes politiques et sociaux n.º 784, Mai 1997, pp. 77-80
- ¹⁵ Mumford, Lewis [1960] "Landscape and Townscape" citado por Françoise Choay [1965: 364-365]. Faz-se uso da versão do artigo tal qual se encontra na já clássica antologia de Françoise Choay. Daí serem necessárias algumas clarificações: (i) *Cité* tem na língua francesa um significado distinto de *ville*, significando uma forma social e política de coexistência humana; (ii) Hampstead Gardens foi uma das primeiras cidades jardim. (iii) Quanto a Radburn, Peter Rowe (1995: 127 e 192-7) esclarece que se trata de uma experiência norte americana de construção, realizada nos anos 20, em que se misturaram modalidades de edificação de habitações, segundo alturas variáveis e com presença com casas unifamiliares, sobre um sistema hierarquizado de vias (motorizadas

e pedonais) e de enseadas de habitação e estacionamento. Radburn apresentava também um centro de comércio em rua e as escolas situavam-se por entre as habitações.

- ¹⁶ Foi utilizado o *Diccionario dos Synonimos, Poético e de Epithetos da Lingua Portuguesa*, por J. I Roquete, Paris, Aillaud, Guillard e C.^a, 1873.

Elementos Bibliográficos

- Alves Costa, Alexandre (1997) «1974-1975, o SAAL e os anos da Revolução» in Becker, Tostões e Wang (org) *Arquitectura do século XX, Portugal*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, Centro Cultural de Belém, pp.54-63
- Ascher, François (1998) *Metapolis, acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta
- Baillièrre, Roselyne, Collet, Claudine, Villanova, Amaro (1974) *Incidances du discours sur la mise en forme architecturale: le logement social en France*, Paris, Secrétariat d'État de Culture (CORDA, LASSAN)
- Baptista, Luís V. (1996) *A Cidade em Reinvenção: crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação – Lisboa, século XX*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL, Lisboa
- Battisti, Emilio (1980) *Arquitectura, ideologia y ciencia: teoria y práctica en la disciplina del proyecto*, Madrid, H. Blume Editiones
- Bourdieu, P., Bouhedja, S., Christin, R., Givry, C. (1990) «un placement de père de famille. La maison individuelle: spécificité du produit et logique du champ de production», *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 81/82, pp. 6-33
- Bourdin, Alain (1988) «Urbanité et spécificité de la ville», *Espaces et Sociétés*, n.º 48/49, pp. 240-257
- Brain, David (1994) «Cultural production as “society in the making”: architecture as an exemplar of the social construction of cultural artefacts» in Crane, D. (ed) *The sociology of culture*, Oxford, Basil Blackwell, pp.191-220
- Brun, Jacques, Bonvalet, Catherine (1998) «Logement et division sociale de l'espace» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.319-326
- Calabi, Donatella (1980) «The genesis and special characteristics of town planning instruments in Italy, 1880-1914» in Sutcliffe, A. (ed) *The rise of modern urban planning*, London, Mansell, pp.55-70
- Câmara Municipal de Lisboa - Gabinete Técnico de Habitação, *Plano de Urbanização de Chelas*, Agosto de 1965, Lisboa, CML
- Câmara Municipal de Lisboa, *Plano Director da Cidade de Lisboa – 1948*, Lisboa, CML
- Câmara Municipal de Lisboa, *Plano Director de Urbanização de Lisboa – 1959*, Lisboa, CML
- Camus, Christophe (1996) *Lecture sociologique de l'architecture décrite: comment bâtir avec des mots*, Paris, L'Harmattan
- Carvalho de Mesquita, Jorge (1967b) «evolução da habitação social na cidade de Lisboa» in Câmara Municipal de Lisboa (ed.) *Habitação social na Cidade de Lisboa, 1959-1966*, Lisboa, CML
- Castells, Manuel (1984) *Problemas de investigação em sociologia urbana*, Lisboa, Presença
- Chamboredon, Jean-Claude, Lemaire, Madeleine (1970) «Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement», *Revue Française de Sociologie*, vol XI, 1, pp.3-33
- Choay, Françoise (1965) *L'urbanisme: utopies et réalités, une anthologie*, Paris, Éditions du Seuil
- Cottureau, Alain (1969) «L'apparition de l'urbanisme comme action collective: l'agglomération parisienne au début du siècle», *Sociologie du Travail*, n.º4, Octobre-Décembre 1969, pp.342-365
- Croft, Vasco, Morais, Justino, Cadima, Joaquim (1969) «Conjunto de habitações económicas em Olivais Sul», *Arquitectura*, n.º110 (Julho-Agosto 1969), pp.166-170

- Cuff, Dana (1991) *Architecture: the story of practice*, Cambridge (Ma), The MIT Press
- Dagnaud, Monique (1978) *Le mythe de la qualité de vie et la politique urbaine en France: enquête sur l'idéologie urbaine de l'élite technocratique et politique (1945-1975)*, Paris, Mouton
- Delgado, Ralph (1969) *A antiga freguesia dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa
- Dovey, Kim (1999) *Framing places: mediating power in built form*, London, Routledge
- Dreyfus, Jacques (1976) *La ville disciplinaire*, Paris, Éditions Galilée
- Duarte, Carlos S. (1959) «Breves notas sobre a arquitectura espontânea», *Arquitectura*, n.º 66, pp.38-53
- Duarte, Carlos S. (1960) «Elementos sociológicos do habitat urbano», *Arquitectura*, n.º 69, pp.17-30
- Duarte, Carlos S. (1976) «1961/1974: L'ouverture neo-capitaliste», *Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 185, mail juin 1976, pp.22-23
- Ehrenreich, B., English, D. (1977) «La science, le travail et la ménagère: l'organisation "scientifique" du travail domestique dans l'Amérique des années 1900», *Recherches*, n.º29, pp.187-219
- Elleb, Monique (1998) «L'habitation, entre vie privée et vie publique» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.68-74
- Fairfield, John D. (1994) «The scientific management of urban space: professional city planning and the legacy of Progressive Reform» *Journal of Urban History*, Vol. 20, n.º2, (February 1994), pp.179-204
- Fernandez, Sérgio (1988) *Percurso: arquitectura portuguesa 1930/1974*, Porto, Edições da FAUP
- Fernandez, Sérgio (1997) «Arquitectura portuguesa, 1961-1974» in Becker, Tostões e Wang (org) *Arquitectura do século XX, Portugal*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, Centro Cultural de Belém, pp.64-71;
- Forrester, John (1993) *Critical theory, public policy and planning practice: toward a critical pragmatism*, New York, The State University of New York Press
- Foucault, Michel (1975) *Surveiller et punir: naissance de la prison*, Gallimard, Paris
- Foucault, Michel (1984) «La généalogie de l'individu moderne» in Dreyfus, H. Rabinow, P. (eds) *Michel Foucault. Un parcours philosophique et deux essais de Michel Foucault*, Paris, Gallimard, pp. 308-321
- Frey, Jean-Pierre (1998) «Le logement comme forme architecturale: une approche typologique» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.51-58
- Gans, Herbert (1972) *People and plans: essays on urban problems and solutions*, Harmondsworth, Penguin
- Gomes da Silva, Fernando, Costa, Octávio R. (1969) «Habitações em torre em Olivais Sul», *Arquitectura*, n.º110 (Julho-Agosto 1969), pp.175-177
- Gonçalves, Fernando (1986) «A propósito dos planos de urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?», *Sociedade e Território*, Maio de 1986, pp.92-115
- Grafmeyer, Yves (1998) «Logement, quartier, sociabilité» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.347-354
- Heller, Geneviève (1981) «Un environnement salubre pour une vie saine», *Architecture et Comportement*, vol I, n.º1, pp.19-34
- Holston, James (1989) *The modernist city: an anthropological critique of Brasilia*, Chicago, The University of Chicago Press
- Joseph, Isaac (1997) «Mixité et ségrégation: exploration d'un thème» in Obadia, Alain (Org) *Entreprendre la ville: nouvelles temporalités, nouveaux services*, La tour D'aigues, Éditions de l'Aube, pp.271-278
- Joseph, Isaac, Fritsch, Philippe (1977) *Disciplines à domicile: l'édification de la famille*, Recherches, n.º 28, Novembre 1977
- Knox, Paul L. (1981) «Symbolism, styles and settings: the built environment and the imperatives of urbanized capitalism», *Architecture et Comportement*, vol I, n.º2, pp. 107-122

- Lautman, Jacques (1969) «L'architecte et l'Etat (ou le corporatisme contre le capitalisme)», *Esprit*, 385, Octobre 1969, pp.389-407
- Ledrut, Raymond (1968) *Sociologie Urbaine*, Paris, PUF
- Lefebvre, Henri (1981[1974]) *La production de l'espace*, Paris, éditions anthropos
- Léger, Jean-Michel (1998) «Habiter le logement, habiter la ville» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.365-373
- Low, Nicholas (1991) *Planning, politics and the State: political foundations of planning thought*, London, Unwin Hyman
- Magri, Susanna (1998) «L'émergence du logement social: objectifs et moyens d'une réforme (1894-1930)» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.34-42
- Markus, Thomas A. (1993) *Buildings and power: freedom and control in the origins of modern building types*, London, Routledge
- Martins, C. Gandra, H., Raposo, C., Galhoz, N. (1968) «Bloco habitacional em Olivais-Sul», *Arquitectura*, n°97, pp.113-117
- Matias Ferreira, Vítor (1987) *A cidade de Lisboa: de Capital do Império a centro da Metrópole*, Lisboa, Dom Quixote
- Mendes, A., Silva Dias, Francisco (1964) «Estudos de ocupação de encosta na cidade de Lisboa», *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. I, n.º2, pp.80-84
- Moret, Frédéric (1998) «Le Logement et la question sociale (1830-1870)» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.19-25
- Murard, Lion, Zylberman, Patrick (1976) *Le petit travailleur infatigable ou le prolétaire régénéré: villes-usines, habitat et intimités au XIXe siècle*, Recherches, n°25, Novembre 1976
- O'Brien, Martin, Penna, Sue (1998) *Theorising Welfare: Enlightenment and Modern Society*, London, Sage
- Pinson, Daniel (1998) «Formes architecturales et urbaines de l'habitat» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.298-304
- Portas, Catarina, Torres, Helena (1995) *Olivais: retrato de um bairro*, Lisboa, Liscenter
- Portas, Nuno (1997) «A arquitectura de habitação no século XX português» in Becker, Tostões e Wang (org) *Arquitectura do século XX, Portugal*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, Centro Cultural de Belém, pp.116-121
- Rabinow, Paul (1995) *French modern. Norms and forms of the social environment*, Chicago, The University of Chicago Press
- Raymond, Henri (1976) «Habitat, modèles culturels et architecture», *Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 174, Juillet/Août 1976, pp.50-53
- Reissman, Leonard (1977) «The visionary planner for urban utopia» in Allen, I. L. (ed) *New towns and the suburban dream: ideology and utopia in planning and development*, New York, Kennicat Press, pp. 141-173
- Remy, Jean, Voyé, Liliane (1981) *Ville: ordre et violence*, Paris, PUF
- Rowe, Peter G. (1995) *Modernity and housing*, Cambridge (Ma), The MIT Press
- Savage, Mike, Warde, Alan (1993) *Urban sociology, capitalism and modernity*, London, Macmillan
- Segaud, Marion (1998) «Logement et architecture» in Segaud, M., Bonvalet, C., Brun, J. (dir) *Logement et Habitat: l'état des savoirs*, Paris, éditions la découverte, pp.291-297
- Serviço de Investigação do GTH (1971) «Estudos elaborados pela repartição de Investigação no período 1959-1969», *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. III, n.º20, pp.169-174

- Serviço de Planeamento do GTH (1964) «Urbanização de Olivais Sul», *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. I, n.º1, pp.11-27
- Silva Dias, F. e Silva Dias, T. (1993) *Lisboa: Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Cotovia
- Silva, Carlos Nunes (1994) *Política urbana em Lisboa, 1926-1974*, Lisboa, Livros Horizonte
- Smith, P. J. (1980) «Planning as environmental improvement: slum clearance in Victorian Edinburgh» in Sutcliffe, A. (ed) *The rise of modern urban planning*, London, Mansell, pp.99-133
- Sutcliffe, Anthony (1980) «Introduction: the debate on nineteenth century planning» in Sutcliffe, A. (ed) *The rise of modern urban planning*, London, Mansell, pp.1-10
- Tarn, John N. (1980) «Housing reform and the emergence of town planning in Britain before 1914» in Sutcliffe, A. (ed) *The rise of modern urban planning*, London, Mansell, pp.71-98
- Teotónio Pereira, Nuno, Fernandes, José Manuel (1987) «A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959» in Actas do Colóquio *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Vol. II, Lisboa Fragmentos, pp.323-358
- Teotónio Pereira, Nuno, Freitas, António, Portas, Nuno (1969) «Habitações em torre em Olivais Norte», *Arquitectura*, n.º110 (Julho-Agosto 1969), pp.171-174
- Thévenot, Laurent (1995) «L'action en plan», *Sociologie du travail*, Vol XXXVII, nº3, pp. 411-434
- Topalov, Christian (1990) «De la "question sociale" aux "problèmes urbains": les réformateurs et le peuple des métropoles au tournant du XXe siècle», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 125, Août 1990, pp.359-376
- Topalov, Christian (1997) «Autant connaître un peu les verres que l'on porte: la pratique historique et le temps des représentations» in Obadia, Alain (Org) *Entreprendre la ville: nouvelles temporalités, nouveaux services*, La tour D'aigues, Éditions de l'Aube, pp.40-48
- Tostões, Ana (1997) *Os Verdes Anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações
- Vicente, Manuel (1976) «1945/1961: Espoirs déçus et remous culturels», *Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 185, mai/juin 1976, pp.15-16
- Zukin, Sharon (1988) «The postmodern debate over urban form», *Theory, Culture & Society*, 5 (2-3): 431-446